

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço.

TIPO: Menor preço global (Considerando a menor taxa de administração, admitindo-se taxa negativa)

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede na Praça João Macagnan, nº 322, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. NOVELLI SGANZERLA, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (CONSIDERANDO A MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA)**, com a finalidade de selecionar proposta para a formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, destinado a aquisições futuras, observando as condições estabelecidas no presente Edital e Anexos que o integram e em obediência ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal n. 171/2007, de 28 de dezembro de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Água Doce, na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce/SC, **até às 13h30 do dia 27 de junho de 2014.**

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por Sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia **27 de junho de 2014, às 13h30**, e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.1. DO OBJETO:

1.1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação, instituído pela Lei Municipal nº 090/2014, aos servidores do Município de Água Doce, por meio de cartão magnético, para aquisição de alimentação em estabelecimentos comerciais cadastrados (mercados, panificadoras).

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.2.1. A proponente vencedora deverá disponibilizar, sem custos, um cartão magnético para cada servidor, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Município;

1.2.1.1. A quantidade mensal estimada é de 278 (duzentos e setenta e oito) cartões/vales alimentação;

1.2.1.2. O limite mensal para gasto de cada cartão, inicialmente, não ultrapassará o valor de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) por dia de trabalho por servidor;

- 1.2.1.3. A proponente vencedora deverá proceder, sem custos, as substituições dos cartões nos casos de perdas, danos ou falhas que impossibilitem sua utilização;
- 1.2.1.4. Não será admitida a cobrança de taxas, mensalidades ou anuidade dos servidores usuários dos cartões;
- 1.2.1.5. Os cartões de alimentação deverão ser do tipo magnético personalizado, com nome do servidor e da Contratante, por meio de senha pessoal, recarregáveis mensalmente, via sistema online disponibilizado pela contratada;
- 1.2.2. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município de Água Doce, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.
 - 1.2.2.1. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
 - 1.2.2.2. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

- 2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.
- 2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- 2.3. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Água Doce ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93).
- 2.4. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.
- 2.5. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- 2.6.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.
- 2.6.2 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:
 - 2.6.2.1 Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

2.6.2.2 Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo III, do presente Edital.

2.6.3. Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A empresa participante deste processo que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro(a) e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

3.2.1. Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

- Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- Cópia da cédula de identidade;
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- Ficha cadastral de fornecedores e prestadores de serviços – pessoa jurídica. (Anexo II).

3.2.2. Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

- Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo IV deste Edital;
- Cópia da cédula de identidade;
- Cópia do ato constitutivo ou contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações); Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.
- Ficha cadastral de fornecedores e prestadores de serviços – pessoa jurídica. (Anexo II).

3.3. A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo IV. Tais documentos deverão ser encaminhados fora dos envelopes da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

3.3.1. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.3.2. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

3.4. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

3.5. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente (fora) dos envelopes da Proposta e da Documentação.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no anexo IV, fora dos envelopes nº 01 e 02.
- 4.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.
- 4.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

EMPRESA PROPONENTE:
ENVELOPE 01 - PROPOSTA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2014

EMPRESA PROPONENTE:
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2014

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 “DA PROPOSTA”:

- 5.1. O envelope nº 01 “Da Proposta” deverá conter os seguintes elementos:
 - 5.1.1. Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do **Anexo I**, contendo o percentual da taxa de administração, o qual não poderá ser superior a 1% (um por cento), admitindo-se a taxa negativa, não sendo, neste caso, considerada como inexecúvel.
 - 5.1.2. A taxa de administração expressa deverá conter até 02 (duas) casas decimais.
 - 5.1.3. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação, se for o caso;
 - 5.1.4. Local, data e assinatura do representante legal da empresa proponente.
- 5.2. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de **60 (sessenta) dias**.
- 5.3. DECLARAÇÃO expressa de que sendo vencedor do certame, apresentará em até 10 (dez) dias corridos, **RELAÇÃO DA REDE DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS**, conveniados e ativos na cidade de Água Doce/SC, para o recebimento dos pagamentos na forma do Cartão Magnético conveniado, mencionado o nome da empresa (em ordem alfabética), número de inscrição no CNPJ, endereço completo, telefone e natureza do serviço prestado; contendo, no mínimo 02 (dois) mercados, 01 (uma) panificadora.
- 5.4. DECLARAÇÃO expressa de que sendo vencedor do certame, apresentará em até 10 (dez) dias corridos, **RELAÇÃO DA REDE DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS**, conveniados e ativos nas cidades de Joaçaba/SC e Herval D'Oeste/SC, para o recebimento dos pagamentos na forma do Cartão Magnético conveniado, mencionado o nome da empresa (em ordem alfabética), número de inscrição no CNPJ, endereço completo, telefone e natureza do serviço prestado; contendo, no mínimo 04 (quatro) mercados, 03 (três) panificadoras.
- 5.5. Indicação na proposta de no mínimo 01 (um) preposto que será o responsável pelo contrato junto ao Município de Água Doce, e o seu respectivo telefone (fixo e celular), para atender as solicitações e resolver os problemas que surgirem durante o período de execução contratual.

- 5.6. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- 5.7. O percentual proposto já deverá estar incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes;
- 5.8. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos/serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.
- 5.9. O(a) Pregoeiro(a) considerará como formais erros e outros aspectos que beneficiem o Município e não implique nulidade do procedimento.
- 5.9.1. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 5.10. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.
- 5.11. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”:

- 6.1. Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no envelope nº 02 “Documentos de Habilitação”, os documentos a seguir relacionados:
 - 6.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado ou original com todas as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 6.1.1.1. A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação da presente Licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação.
 - 6.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado;
 - 6.1.3. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União;
 - 6.1.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
 - 6.1.5. Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
 - 6.1.6. Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
 - 6.1.7. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - 6.1.8. Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

- 6.1.9. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 6.1.9.1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;
- 6.1.10. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira, dispondo dos índices de liquidez geral – ILG, de solvência geral – ISG e de liquidez corrente – ILC, **iguais ou acima de 1**, conforme Balanço Patrimonial do último exercício financeiro. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.
- 6.1.11. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Água Doce ou quaisquer de seus órgãos descentralizados; (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).
- 6.1.12. Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal, de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 6.1.13. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas;
- 6.1.14. Prova de registro ou cadastramento vigente no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, certificado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Lei nº 6.321/1976 e Portaria SIT DSST nº 03/2002.
- 6.1.15. Comprovação através de seu Técnico Responsável do registro ou inscrição no Conselho Regional de Nutrição - CRN, através da Certidão de Registro e Quitação, conforme a Resolução CFN nº 378/2005, artigo 2º, §1º, inciso VII.
- 6.1.16. Comprovação expressa que confirme a capacidade para o fornecimento do item, objeto deste Edital, mediante atestado ou certidão emitida por pessoa jurídica de direito público que comprovem que a empresa possui experiência e ateste a realização com qualidade dos serviços executados pela proponente, similares ao objeto do presente certame.
- 6.2. Os documentos descritos nos subitens 6.1.1 a 6.1.7 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pela Prefeitura de Água Doce, observadas as datas de validade da documentação nele relacionada. Caso ocorra o vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.
- 6.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal, devendo neste caso, ser apresentada preferencialmente até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 13h00 às 19h00, junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Água Doce.
- 6.3. A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando os licitantes dispensados de autenticá-las.
- 6.4. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.
- 6.5. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.
- 6.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

- 7.1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste Edital.
- 7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, **a partir das 13h30 do dia 27 de junho de 2014.**
- 7.2. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a), em fase própria da modalidade licitatória, visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 7.3.1. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.
- 7.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) Seleção da proposta de MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO e as demais com percentuais até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - b) Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores percentuais, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.5. O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor percentual.
- 7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.9. O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o autor da oferta de menor percentual (valor) com vistas à redução do preço.
- 7.10. Após a negociação, se houver, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.11. Considerada aceitável a oferta de menor percentual (preço), será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

- 7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor percentual (preço), negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.
- 7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.
- 7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, à critério da Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, será marcado novo horário ou mesmo nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.
- 7.17. Para o bem dos serviços, o(a) Pregoeiro(a), se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- 7.18.1 Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 7.18.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.
- 7.18.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.18.4 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 7.18.5 Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.18.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.18.8 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.18.9 O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

- 7.18.10 A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.18.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.
- 7.18.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.11, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.18.13 A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, de acordo com o disposto no subitem 2.6.2 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

- 8.1. Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis e qualquer licitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, da data fixada para a realização da Sessão Pública impugnar o Edital do Pregão, conforme previsto no art. 41 da Lei 8.666/93.
- 8.2. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.
- 8.4. Interposto o recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.
- 8.7. O recurso interposto contra um dos itens licitados, não impede a administração de proceder à homologação e contratação dos demais.
- 8.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.
- 8.9. Os recursos deverão ser encaminhados ao Presidente da Comissão de Licitações, através de documento formal.
- 8.10. Os recursos serão analisados e despachados pelo Comissão de Licitações, que fará o registro em Ata própria.

- 8.11. Transcorridos os prazos recursais e decididos os recursos eventualmente interpostos, será a presente Licitação submetida à autoridade competente para os procedimentos de homologação e adjudicação do objeto à empresa vencedora.
- 8.12. A adjudicação será feita pelo **MENOR PREÇO GLOBAL (CONSIDERANDO A MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA)**

9. DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 9.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, **sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras**, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
- 9.1.1. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 9.2. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 9.2.1. A empresa vencedora do Pregão será convocada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas no item 11.
- 9.3. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 9.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 9.4.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).
- 9.4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 9.4.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 9.4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.
- 9.4.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.
- 9.4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1. Cabe ao Município:

- 10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente Edital;
- 10.1.2. Providenciar a publicação resumida do contrato proveniente do presente processo, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 10.1.3. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 10.1.4. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste Edital;
- 10.1.5. Emitir, através do setor competente, a Ordem de Serviço, para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, quando necessário, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, que expressamente lhe caibam, e sejam essências à perfeita execução dos serviços;

10.2. Cabe ao Proponente Vencedor:

- 10.2.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - Da forma de execução, e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste Edital;
- 10.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.2.3. O cartão magnético referente ao auxílio alimentação deverá ser aceito como meio de pagamento, na rede credenciada pela Contratada, quando da aquisição de gêneros alimentícios, sem acréscimos de preço em relação ao pagamento à vista.
- 10.2.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.2.5. **Promover ou manter o cadastramento de, no mínimo, 15 (quinze) estabelecimentos fornecedores, sendo, pelo menos 06 (seis) supermercados, 04 (quatro) panificadoras localizados nos Municípios de Água Doce/SC, Joaçaba/SC ou Herval D'Oeste/SC ou Luzerna/SC ou Catanduvas/SC ou Treze Tílias/SC; dos quais pelo menos 02 (dois) supermercados e 01 (uma) panificadora deverão estar localizados em Água Doce/SC.**
- 10.2.6. Fiscalizar a rede credenciada, de forma a assegurar a qualidade de seus serviços;
- 10.2.7. Manter nas empresas credenciadas e/ou filiadas na sua rede, indicação de adesão ao sistema objeto deste Edital;
- 10.2.8. O reembolso aos estabelecimentos comerciais credenciados deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, EXCLUINDO desde já toda e qualquer obrigação da Prefeitura Municipal de Água Doce a em relação a essa incumbência;
- 10.2.9. Deverá reembolsar a Prefeitura Municipal de Água Doce no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor de qualquer auxílio alimentação que este venha a devolver, por qualquer motivo, pelo preço equivalente, garantida à Contratada a taxa de administração;

- 10.2.10. Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência à Prefeitura Municipal de Água Doce, respondendo integralmente por sua omissão;
- 10.2.11. Comunicar sempre que necessário qualquer deficiência em relação aos serviços prestados, através de um funcionário devidamente credenciado à Prefeitura Municipal de Água Doce;
- 10.2.12. A qualquer tempo a Prefeitura Municipal de Água Doce poderá solicitar à empresa contratada a comprovação de que continua mantendo estabelecimentos comerciais credenciados;
- 10.2.13. Deverão ser disponibilizados para os usuários dos cartões os seguintes serviços:
- a) Após cada transação, o saldo disponível deverá ser impresso no comprovante de venda, para que o funcionário tenha controle dos valores gastos e do saldo disponível;
 - b) Serviços via web para consulta de saldo do cartão, informação sobre novos créditos – data e valor; extrato constando a identificação do estabelecimento, valor e data da utilização; consulta de rede afiliada;
 - c) Central de atendimento telefônico, e serviço via internet para atendimento aos usuários, com serviços de consulta de saldo e bloqueio e desbloqueio de cartão, cancelamento de cartão, consulta de local para compras, e indicação de credenciamento de estabelecimento comercial;
 - d) Informações sobre carga de cartões, nota fiscal e geração de boleto bancário para pagamento do serviço por parte da contratante no site da contratada;
 - e) Relatório via web ou impresso, a pedido da contratante, contendo os dados das transações efetuadas com o cartão para efeitos de auditoria de extratos e saldos, devendo as informações indicar local, horário e valor da transação.
- 10.2.14. Apresentar solução imediata para atendimento às demandas emergenciais da contratante, disponibilizando cartões temporários para atender novos funcionários admitidos, permitindo controle gerencial da contratante via web.
- 10.2.15. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;
- 10.2.16. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;
- 10.2.17. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados a seus empregados, ou prepostos à Contratante ou a terceiros;
- 10.2.18. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

11. DAS SANÇÕES:

11.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente Contratada, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 031/2013, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

11.1.1. advertência;

11.1.2. multa;

- 11.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 11.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 11.2. As **sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 11.3. A **advertência** poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente Contratada.
- 11.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 11.4. O Município observará a boa-fé da proponente Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 11.5. Na ocorrência de **atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços, inexecução parcial ou total do contrato**, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 11.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 11.5.2. até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
- 11.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
- 11.6. Será configurada a **inexecução total** do objeto, quando:
- 11.6.1. houver atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
- 11.6.2. todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.
- 11.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:
- 11.7.1. Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 11.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12. DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 12.1. O registro do fornecedor poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- 12.2. Pela **Administração**, quando:
- 12.2.1. O fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- 12.2.2. O fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- 12.2.3. O fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- 12.2.4. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- 12.3. Por razões de **interesse público**, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 12.4. Pelo **fornecedor** quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 12.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 12.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no subitem 12.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 12.7. No caso do fornecedor não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Água Doce, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 12.8. A solicitação do fornecedor ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.
- 12.8.1. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 12.8.2. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 12.8.3. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 12.8.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.8.5. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

12.8.5.1. Pela Administração, por meio de edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

12.8.5.2. Pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

13. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE:

13.1. O prazo de validade e execução do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observado o disposto na Lei nº 8.666/93.

13.2. Os serviços objeto deste Edital serão requisitados parcelada, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço.

13.3. Os serviços somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Água Doce, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da empresa contratada.

13.4. Todos os serviços rejeitados deverão ser pronta e imediatamente refeitos pela empresa contratada, dentro das especificações e qualidade exigidas, sem qualquer ônus para o Município, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO:

14.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

14.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

14.3. A proponente vencedora deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3524-0000 | E-mail: nfe@aguadoce.sc.gov.br).

14.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

14.5. Os preços não serão reajustados.

14.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECURSO 110 = 03.0000

Modalidade de Aplicação : Aplicações Diretas – Outras Despesas correntes

Elemento 3.3.90.46.01 – Auxílio Alimentação em Penúcia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

02 GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 0201.04.122.0002.2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

Reduzido : 214

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade - 0201.04.122.0002.2.003 Manutenção das Assessorias e Contadori

Reduzido : 198

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade -04.122.0003.2.006 Manutenção Secretaria Adm.Fazenda e Deptos.

Reduzido : 199

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade - 04.122.0003.2.008 Manutenção do Departamento de Controle Interno

Reduzido : 200

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0402.20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DE CONTROLE SANITÁRIO (SIM)

Reduzido : 201

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade - 0402.20.606.0007.2.014 Manutenção da Secretaria de Agricultura

Reduzido :202

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Atividade - 0501.12.361.0010.2.020 Manutenção do Departamento de Ensino

Reduzido : 203

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -0501.12.361.0010.2.021 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

Reduzido :204

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -0501.12.361.0010.2.022 Manutenção do Transporte Escolar

Reduzido : 205

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade - 0501.12.365.0013.2.029 Manutenção da Educação Infantil

Reduzido : 206
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade - 0502.13.392.0015.2.032 Manutenção do Departamento de Cultura
Reduzido :207
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -0503.27.812.0016.2.036 Manutenção do Departamento de Esportes
Reduzido :208
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

07 SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

Atividade - 0701.22.661.0020.2.048 Manutenção do Departamento de Comércio e Indústria
Reduzido :209
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -0702.23.695.0021.2.035 Manutenção do Departamento de Turismo
Reduzido : 210
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL

Atividade - 080126.782.0019.2.050 Manut.da Sec.de Transportes e Infra- Estrutura Rural
Reduzido : 211
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

13 FUNDO MUN.DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Atividade - 1302.08.244.0024.2.038 Manutenção do Depto.de Promoção Social
Reduzido : 212
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

16 DEFESA CIVIL

Atividade -1601.06.182.0026.2.011 Manutenção Fundo Mun.de Defesa Civil
Reduzido :181
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

17 SECRETARIA DE URBANISMO

Atividade -1701.15.452.0017.2.040 Manutenção da Limpeza Pública
Reduzido : 193
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -1701.15.452.0018.2.046 Manutenção do Departamento de Urbanismo
Reduzido : 213
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

Atividade - 0901.10301.0042.2.051 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Reduzido : 67
Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -0901.10.301.0042.2.0052 Manutenção dos Programas Estaduais e Federais

Reduzido : 68

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

Atividade -0901.10.303.0042.2.065 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC

Reduzido : 69

Fonte - 0.3.0000 Recursos Ordinários/superávit

16. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- 16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, observando-se, no demais e no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, quando à sua contagem.
- 16.4. É vedado à empresa contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.
- 16.5. Todas as condições deste Edital, assim como os compromissos assumidos pelo licitante através de sua proposta, farão parte do contrato independentemente de transcrição.
- 16.6. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 16.7. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.
- 16.8. Os casos omissos serão dirimidos pelo(a) Pregoeiro(a), com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 031/2013 e suas alterações.
- 16.9. No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.
- 16.10. Integram o presente Edital:
 - 16.10.1. Anexo I – Especificações do objeto; Valor máximo unitário/ Modelo da Proposta;
 - 16.10.2. Anexo II – Ficha Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviços – Pessoa Jurídica;
 - 16.10.3. Anexo III - Modelos da declaração de enquadramento como EPP ou ME;
 - 16.10.4. Anexo IV – Modelo da Carta de Credenciamento;
 - 16.10.5. Anexo V – Modelo da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

16.11. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal endereçado a Pregoeira da Prefeitura de Água Doce.

16.11.1. Caberá a(o) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

16.11.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.12. Contatos preliminares relativos a este procedimento poderão ser feitos pelo telefone (49) 3524-0000 ou e-mail compras@aguadoce.sc.gov.br.

16.13. Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, por mais privilegiado que outro possa ser.

Água Doce, SC, 11 de junho de 2014.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB/SC 27419

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2014

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / VALOR MÁXIMO UNITÁRIO/MODELO DE PROPOSTA

Processo de Licitação Nº ____/2014 – Pregão Presencial Nº ____/2014

Razão Social: _____.

CNPJ/MF: _____.

Endereço: _____.

Telefone/Fax: _____ E-mail: _____.

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL MÁXIMO ESTIMADO (%)	PERCENTUAL PROPOSTO (%)
1	12 MESES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO MAGNÉTICO PARA O REPASSE DE VALORES REFERENTES AO VALE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MEDIANTE REMUNERAÇÃO POR PAGAMENTO DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (PERMITINDO TAXA NEGATIVA), INCIDENTE SOBRE O VALOR A SER REPASSADO.*	1,00%	

* R\$ 321.090,00 - Valor anual estimado (2014), base do percentual remuneratório.

OBSERVAÇÕES:

1.1 – A empresa Vencedora deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias **RELAÇÃO DA REDE DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS** conveniados e ativos, nos termos do Edital, mencionado o nome da empresa (em ordem alfabética), número de inscrição no CNPJ, endereço completo, telefone, natureza do serviço prestado e se está conveniado a receber os pagamentos na forma de Cartão Magnético;

1.2 - O limite mensal para gasto de cada cartão, inicialmente, não ultrapassará o valor de R\$ 7,50 por dia de trabalho por servidor;

1.3 - A **RELAÇÃO DA REDE DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS** deverá ser entregue pelo vencedor na sede da Prefeitura Municipal na Praça João Macagnan, 322, Centro.

1.4 - **PRAZO DE ENTREGA DOS CARTÕES:** em até 15 (quinze) dias, após a assinatura da Ata de Registro de Preço.

1.5 - **LOCAL DE ENTREGA DOS CARTÕES:** sede da Contratante.

1.6 - **PERÍODO CONTRATUAL:** 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por iguais ou inferiores períodos, a critério das CONTRATANTES.

1.7 - As quantidades previstas de cartões magnéticos poderão ser acrescidas ou reduzidas, de acordo com as necessidades do Município de Água Doce, mantida a taxa oferecida na proposta da empresa Contratada.

Local e data: _____.

Assinatura do representante legal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2014**

ANEXO II

FICHA CADASTRAL DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA¹

DADOS DA EMPRESA:			
Razão Social:			
Nome Fantasia:			
CNPJ:			
Inscrição Estadual:			
Inscrição Municipal:			
Porte da Empresa:	() MEI () ME () EPP () LTDA () S.A.		
Optante do Simples:	() Sim () Não		
Logradouro da Sede:			
Número:		Cidade/UF:	
CEP:		Caixa Postal:	
Endereço para Correspondência²:			
Fones:	()	()	()
Fax:	()	()	()
E-mail Comercial:			
E-mail Depto. Juríd.:			
E-mail Diretoria:			
DADOS BANCÁRIOS:			
Banco Preferencial:			
Agência nº:		Conta nº	
Banco Alternativo:			
Agência nº:		Conta nº	

¹ ***Todos os campos são de preenchimento obrigatório.***

² Apenas preencher se for diferente do endereço da sede da empresa.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:			
Nome Completo:			
Sócio-Administrador:	() Sim	() Não ³	
CPF:		RG:	
Expedição/UF:		Data de Expedição	
Estado Civil:		Profissão:	
E-mail:			
Fone:	()	Celular:	()
DADOS DE UMA TESTEMUNHA PARA O CONTRATO:			
Nome Completo:			
CPF:		RG:	
Expedição/UF:		Data de Expedição	
Estado Civil:		Profissão:	
E-mail:			
Logradouro:			
Número:		Cidade/UF:	
CEP:		Caixa Postal:	
Fones:	()	()	()

Declaro, sob as penas da Lei, e a quem interessar possa, que as informações acima transcritas são expressão real da verdade.

_____/_____, _____ de _____ de 201____

Sócio-Administrador

Carimbo de CNPJ:



³ Em não sendo Sócio-Administrador da Empresa a pessoa indicada como responsável pela assinatura do Contrato, anexar, obrigatoriamente, cópia do instrumento público de procuração, com firma reconhecida em Cartório, que outorga os respectivos poderes.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2014**

ANEXO III

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EPP OU ME
(Entregar este documento fora dos envelopes)**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto na alínea “b” do subitem 2.7.2 do Edital de Pregão Presencial nº ____/2014, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um “X” a condição da empresa.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2014**

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar do Processo de Licitação n.º ____/2014 instaurado pelo Município de Água Doce/SC, na modalidade Pregão Presencial n.º ____/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 20__.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2014**

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº ____/2014 – Pregão Presencial nº ____/2014, do Município de Água Doce - SC, que a empresa _____, com CNPJ sob o nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20__.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal